As eleições presidenciais portuguesas de 2026, marcadas para 18 de janeiro, ocorrem num cenário político particularmente fragmentado e imprevisível. Trata-se de uma eleição marcada não apenas pela habitual rotatividade institucional, com a saída de Marcelo Rebelo de Sousa, impedido de se recandidatar a um terceiro mandato consecutivo, mas também pela diversidade ideológica dos candidatos, pela ausência de uma figura dominante e pela elevada percentagem de eleitores indecisos. Tal como têm vindo a mostrar os principais barómetros de opinião pública, dificilmente qualquer candidato obterá mais de 50 % dos votos válidos na primeira volta, o que torna praticamente certa a realização de uma segunda volta, agendada para 8 de fevereiro. O presente momento político é, assim, fértil para a análise das dinâmicas eleitorais, do comportamento do eleitorado e da transformação do campo político-partidário português.

A eleição presidencial em Portugal, ainda que marcada por poderes executivos limitados, tem um peso simbólico e institucional significativo. O Presidente da República não governa, mas influencia, dissolve, nomeia, arbitra e representa. É o garante do regular funcionamento das instituições democráticas, com capacidade para vetar legislação, dissolver a Assembleia da República e nomear o primeiro-ministro em momentos de impasse. Além disto, detém um importante papel diplomático e de representação externa do Estado. A escolha de quem ocupa este cargo deve, por isso, ser vista não apenas como uma avaliação de simpatias pessoais ou de preferências ideológicas, mas como uma escolha estratégica para a estabilidade e projeção internacional do país (Silva & Monteiro, 2025).

As sondagens de intenção de voto divulgadas ao longo das semanas anteriores ao escrutínio mostram um cenário extremamente competitivo, com quatro a cinco candidatos a surgirem em empate técnico. De acordo com os dados mais recentes, os candidatos com maior destaque são André Ventura, líder do Chega; António José Seguro, antigo secretário-geral do Partido Socialista, a concorrer como independente com apoios informais; João Cotrim de Figueiredo, eurodeputado e ex-líder da Iniciativa Liberal; e Luís Marques Mendes, histórico dirigente do Partido Social Democrata. Todos estes candidatos apresentam valores entre 15 % e 21 % nas sondagens, oscilando consoante a casa de sondagem e o momento do levantamento (Cunha & Ferreira, 2025).

A candidatura de André Ventura é aquela que suscita maior polarização. Com um discurso populista e nacionalista, tem mobilizado franjas do eleitorado descontentes com o sistema político, embora enfrente também elevadas taxas de rejeição. Ventura tem apostado numa

retórica de segurança, identidade nacional e combate às “elites”, o que lhe tem permitido consolidar uma base eleitoral fiel, mas de difícil expansão para o centro. Já António José Seguro surge como figura agregadora no campo da esquerda moderada, capitalizando o voto útil do eleitorado socialista e a procura de estabilidade institucional. A sua imagem de moderação e experiência governativa tem contribuído para o seu posicionamento favorável nas sondagens, especialmente entre os eleitores mais velhos e no sul do país (Mendes et al., 2025).

João Cotrim de Figueiredo representa a ala liberal do espectro político e tem conseguido atrair o eleitorado urbano e jovem, focando-se em mensagens de eficiência do Estado, redução da carga fiscal e defesa das liberdades individuais. A sua candidatura beneficia do desgaste dos partidos tradicionais e da crescente valorização do voto ideológico entre os mais escolarizados. Por seu turno, Luís Marques Mendes apresenta uma proposta mais clássica de centro-direita, apelando a uma franja do eleitorado social-democrata mais tradicional, enquanto procura recuperar o eleitorado conservador que migrou para Ventura. A sua presença nas sondagens tem sido consistente, embora sem grandes picos de crescimento, o que levanta dúvidas quanto à sua capacidade de alcançar a segunda volta (Pereira & Almeida, 2025).

Entre os restantes candidatos destacam-se ainda Henrique Gouveia e Melo, antigo coordenador da task force da vacinação contra a COVID-19, que inicialmente surgiu nas sondagens com valores expressivos, mas cuja campanha terá perdido fôlego nas últimas semanas. A sua candidatura apresenta-se como apartidária e tecnocrática, tentando capitalizar a imagem de competência e serviço público. No entanto, a ausência de estrutura partidária de apoio e uma comunicação política menos incisiva poderão ter limitado o seu alcance eleitoral. Outros candidatos como Catarina Martins (BE), Jorge Pinto (Livre) ou António Filipe (PCP) permanecem abaixo dos 5 % de intenção de voto, disputando votos num campo político à esquerda mais restrito e menos competitivo neste tipo de eleição (Santos & Cruz, 2025).

Os dados recolhidos pelos principais institutos de sondagem apontam também para um elevado grau de indecisão no eleitorado, com valores que oscilam entre os 12 % e os 18 %. Este dado, aliado à proximidade percentual entre os candidatos melhor posicionados, indica que pequenos acontecimentos, debates ou deslizes estratégicos poderão influenciar de forma decisiva o desfecho da primeira volta. Tal como demonstrado pela experiência

comparada em democracias europeias, em contextos de elevada fragmentação e forte mediatização, a performance nos debates televisivos e nas redes sociais pode ter um impacto desproporcionado, especialmente entre os eleitores mais jovens e urbanos (Lourenço & Batista, 2025).

A previsível segunda volta coloca desafios específicos. Em primeiro lugar, obriga os dois candidatos mais votados a redesenharem as suas estratégias de comunicação, procurando alargar o seu espectro de influência. Isto implica, na prática, moderar discursos, negociar apoios e captar o eleitorado dos candidatos excluídos. A história das eleições presidenciais portuguesas mostra que a segunda volta tende a favorecer candidatos com maior capacidade de aglutinação e menor taxa de rejeição. Neste sentido, candidatos com um perfil mais radical ou polarizador enfrentam maiores dificuldades em cenários de segunda volta, especialmente se não forem capazes de romper com a sua imagem inicial (Martins & Rodrigues, 2025).

Do ponto de vista institucional, a eleição de um presidente num ambiente tão dividido coloca em evidência a necessidade de reforçar a pedagogia constitucional sobre o papel do Presidente da República. Em muitos debates eleitorais e comentários mediáticos, é notório o desconhecimento das competências presidenciais. A população tende a associar o Presidente a funções executivas, esperando que este resolva problemas como a crise na saúde, a habitação ou a inflação. Tal confusão de papéis é prejudicial para a clareza do sistema político e pode gerar desilusão pós-eleitoral quando as expectativas não se materializam. Importa, por isso, reforçar a literacia política e o conhecimento das regras do regime semipresidencial português (Vieira & Gonçalves, 2025).

A eleição de 2026 é também um indicador das mudanças mais amplas no comportamento eleitoral dos portugueses. A erosão da fidelidade partidária, o crescimento de candidaturas independentes, a valorização do discurso emocional e a centralidade das redes sociais refletem uma transformação profunda no modo como os cidadãos se relacionam com a política. A personalização das campanhas, a simplificação do discurso e a polarização retórica são sinais desta nova era da comunicação política. No entanto, este fenómeno traz também riscos, nomeadamente a desinstitucionalização do discurso político, o enfraquecimento do debate racional e a redução do espaço para propostas programáticas consistentes (Cardoso & Figueira, 2025).

Em suma, as eleições presidenciais de 2026 constituem um momento de elevada relevância política, não apenas pelo equilíbrio competitivo entre os candidatos, mas também pela oportunidade de refletir sobre o papel do Presidente na arquitetura institucional portuguesa. O desfecho deste processo poderá definir não apenas o rosto da magistratura de influência, mas também o tom da política nacional nos próximos anos. O novo Presidente será chamado a exercer um mandato num contexto de desafios internos e externos desde a fragmentação parlamentar, a crise social, até ao posicionamento internacional de Portugal num mundo cada vez mais instável. A maturidade da democracia portuguesa dependerá, em larga medida, da qualidade do debate político, da capacidade de mobilização cívica e da escolha informada que os eleitores fizerem neste ato decisivo.

Referências bibliográficas

Cardoso, A., & Figueira, J. (2025). *Liderança política e personalização do voto nas democracias do Sul da Europa*. Revista Portuguesa de Ciência Política, 13(1), 45–63.

Cunha, R., & Ferreira, M. (2025). *Sondagens eleitorais e comportamento volátil: o caso das presidenciais de 2026*. Estudos de Opinião Pública, 8(2), 89–104.

Lourenço, P., & Batista, I. (2025). *Eleitores indecisos e redes sociais: tendências nas eleições europeias e nacionais*. Comunicação Política, 11(3), 27–43.

Martins, L., & Rodrigues, C. (2025). *A segunda volta nas eleições presidenciais: efeitos estratégicos e mobilização do voto*. Politeia, 7(2), 65–78.

Mendes, A., Soares, T., & Amaral, J. (2025). *Polarização e discurso populista nas eleições presidenciais*. Observatório do Sistema Político, 10(1), 12–38.

Pereira, D., & Almeida, V. (2025). *Dinâmicas de fragmentação eleitoral e recomposição ideológica em Portugal*. Lusíada. Política e Sociedade, 15(1), 101–118.

Santos, E., & Cruz, N. (2025). *Esquerda em declínio? O desempenho dos partidos progressistas nas presidenciais*. Fórum de Estudos Políticos, 9(2), 33–51.

Silva, R., & Monteiro, H. (2025). *O papel do Presidente da República no sistema semipresidencial português: entre a representação e o veto*. Revista Jurídico-Política, 14(1), 75–92.

Vieira, C., & Gonçalves, R. (2025). *Literacia constitucional e perceção pública das instituições*. Cadernos Democráticos, 6(2), 59–70.